

**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS

ADverso

Nº 142 - Julho/2006

natureza

Exposição em cartaz no Museu da Ufrgs tem como fio condutor o acervo do Herbário do Instituto de Biociências.

VIOLENCIA URBANA

Ineficácia do sistema de segurança, conivência de agentes legais e desigualdade social favorecem o crime organizado e a escalada da violência nos grandes centros urbanos.

Você cada vez mais protegido

Convênio jurídico na área civil

Através de convênio firmado com o escritório Bordas Advogados Associados, filiados à Adufrgs têm direito a preços especiais em causas alheias à relação funcional com a Ufrgs nas áreas de:

Direito imobiliário

Direito de família e sucessões

Defesa do consumidor

Ações indenizatórias

Propriedade intelectual

Defesa do administrado frente à administração pública

Desconto de 20% sobre o valor da tabela de honorários da OAB

Atendimento na sede da Adufrgs da Cidade Baixa, às terças e quintas, das 9h às 12h, com hora marcada pelo 3228.1188 ou na sede do escritório (Praça da Alfândega, 12 – 10º andar, 3228. 9997)

ADufrgs
Sociedade Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1ª secretária: Zuleika Carreta Corrêa da Silva
2º secretário: Mauro Silveira de Castro
1º tesoureiro: José Carlos Freitas Lemos
2º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
1ª suplente: Regina Rigatto Witt
2º suplente: João Vicente Silva Souza

ADverso

Publicação mensal impressa
em papel Reciclato 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

Reportagem: Maricélia Pinheiro, João Rosito (12207/RS) e Zaira Machado (RJP 7812)
Fotos da capa: Clarissa Pont (as fotos da capa foram produzidas para esta edição do ADverso e não fazem parte da exposição HomemNatureza)
Ilustrações: Telmo Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrícia Osanai

04 GT Carreira**05 51º Conad****06 Seminário Mercosul****07 Entrevista**

MARCO AURÉLIO GARCIA

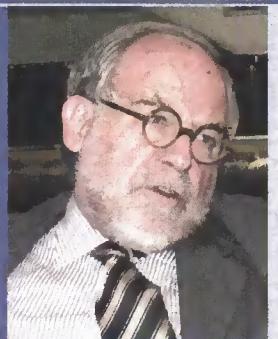
"Hoje nós temos condições para deslanchar a economia"

**10 Futebol
e identidade nacional****12 Vida no Campus****14 Central**
**INEFICÁCIA DO SISTEMA DE SEGURANÇA
PERPETUA VIOLÊNCIA**

Para especialistas, ondas de ataque em São Paulo são o resultado de uma política ineficaz, incontrolável e, muitas vezes, tão criminosa quanto aqueles que, de armas em punho, promovem assaltos, seqüestros e assassinatos.

16 Informe Jurídico / Entenda o reajuste**18 Artigo Jurídico / Prestação de contas****19 Sementes crioulas
Tradição e resistência****22 WWW****23 Orelha****24 Hipermídia
HomemNatureza****26 Observatório****27 A História de Quem Faz**

Clarissa Pont



Por onde vamos...

• •

Vivemos em nossa sociedade momentos de culminância da violência. Instantes em que verdadeiras instituições paralelas, não oficiais porém eficientes, se erguem para organizar o crime. Estamos cientes da profunda desigualdade social que existe em nosso País, onde uma minoria da população tem acesso às riquezas e a grande maioria vive no limite da manutenção de suas próprias vidas. Esse tema tem sido discutido exaustivamente, embora pouco se avance em termos práticos. Não que inexistam esforços de muitos para reverter tal quadro, mas o que parece é que uma competente problematização das diversas questões que nos envolvem chega a muito poucos. Parece não chegar, principalmente, aos grupos de governantes que se sucedem.

Quando um predominante extrato social numa parte não consegue acessar à moral instituída e em outra parte, em decorrência de uma perversa divisão de riquezas, não concorda com ela, e elabora a sua própria instituição organizacional, nos defrontamos com um problema que ultrapassa as competências de defesa jurídica, policial e militar. O impedimento da ilegalidade, a repressão de práticas de cerceamento da vida de cidadãos que acordaram a ordem oficial é evidentemente necessária. Mas, no sentido de reverter nosso traumático quadro, a coibição não deve ser apontada ou eleita como a nossa principal estratégia. Seria ilógico tomar como solução a pura e simples punição sem nos dirigirmos à raiz dos verdadeiros males... Que parecem apontar para a multisecularidade do modelo institucional ocidental e moderno, indicar sua revisão, sua (re)avaliação e sua transformação.

Nessa crise institucional encontram-se também o sistema das universidades nacionais e os seus sindicatos. A universidade, num passado recente, teve suas funções reconhecidas e admiradas pela população. A visão atual desta população sobre a universidade, como operadora da digna inserção de seus filhos no trabalho, foi abalada. A leitura de sua aplicação se tornou dificultada. Essa contrapartida social precisa urgentemente ser ajustada. E a transformação da universidade deve ser precedida por uma avaliação que parta dela, que seja democrática, como chama a atenção nossa colega Denise Leite, e que tenha o cuidado de se posicionar perante a realidade neoliberal e suas muitas demandas, no livro Reforma Universitária – Avaliação Institucional Participativa. A crise de nossos sindicatos é também a crise de nossas universidades.

CARREIRA

GT apresenta proposta

Depois de quase três anos, debates são materializados em documento que será levado aos fóruns de discussão sobre o tema. O texto, que estabelece princípios para uma nova carreira docente, foi elaborado pelo GT Carreira e pelo Conselho de Representantes da Adufrgs e se divide em nove tópicos listados abaixo.

1. Unificação das carreiras do ensino superior e da educação básica e profissional: Considerando a semelhante inserção acadêmica dos professores de carreira de 1º e 2º graus dentro da universidade no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, bem como a possibilidade de uma maior integração entre as licenciaturas e demais cursos superiores com as atividades e a educação básica e profissional (o que já ocorre no caso da Ufrgs com o Colégio de Aplicação e a Escola Técnica), consideramos positivo o enquadramento em uma mesma carreira de todos os docentes. Um ponto polêmico de discussão no GT Carreira é se esta unificação seria pertinente ou possível para todos os docentes federais (incluindo aí os de escolas agrotécnicas, centros federais de educação tecnológica, escolas de ensino fundamental e médio dos ex-Territórios) ou somente para aqueles vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

O Conselho de Representantes da Adufrgs considera que a unificação das carreiras só é pertinente quando se trata de escolas vinculadas às universidades.

2. Estrutura e malha salarial: Levando em conta que na Carreira vigente e na Proposta de Carreira da Andes um professor doutor já entra na carreira praticamente no seu “topo”, consideramos a necessidade de haver uma maior elasticidade no número de “steps”, possibilitando uma progressão vertical (por méritos) e uma progressão horizontal (por titulação e por méritos). No caso do Sinasefe, nos parece que este sindicato vem trabalhando com uma proposta mais avançada (uma maior flexibilização dos “steps” verticais e horizontais), embora achamos que está um pouco longe da nossa realidade. De qualquer forma, temos de considerar que devem existir mais possibilidades de incentivos e progressões aos professores que por uma ou outra condição permanecem em uma mesma classe ou titulação.

O Conselho de Representantes da

Adufrgs considera que é pertinente a inclusão de uma nova classe com um número maior de “steps”. Deve-se manter os níveis atuais e criar mais quatro para Professor Associado. Entende que o doutor deve ter mais possibilidades de progressão e quem entra na carreira deve se aperfeiçoar. Os critérios para a progressão não precisam ser necessariamente baseados na titulação. Devem voltar os anuênios.

3. Regime de trabalho: O GT Carreira ainda tem dúvidas quanto às possibilidades de regime de trabalho em uma nova Carreira: discutiu-se (sem fechar consenso) sobre as vantagens de uma flexibilização em 20h, 30h, 40h e DE, por considerar que, em determinadas áreas, a experiência profissional do docente fora do âmbito da Universidade pode resultar em melhorias nas suas atividades acadêmicas.

O Conselho de Representantes da Adufrgs divergiu sobre esse tópico. Alguns pensam que deveria ser mantido o caráter de excepcionalidade de 40h e outros defendem a idéia de 30h. Não se deve esquecer que o regime de trabalho está ligado à questão salarial.

4. Transposição/Enquadramento: Este é um ponto delicado onde deve-se levar em consideração que: não poderá haver perdas (salariais e direitos previdenciários) para os docentes ativos, aposentados e pensionistas; e os critérios de transposição ou enquadramento devem ser criados com a participação das representações dos docentes.

O Conselho de Representantes da Adufrgs considera que não pode haver perdas, ou seja, deve-se manter as situações já existentes – manter a posição da carreira atual na nova carreira.

5. Busca da isonomia salarial: Entendemos que haverá sentido uma nova Carreira se buscarmos uma equidade entre os vencimentos e os cargos específicos (Ex.: incorporação das

gratificações, URP 89, ganhos judiciais, etc.).

O Conselho de Representantes da Adufrgs entende que deve haver equiparação para todos. Há dois tipos de diferenças: o primeiro dos ganhos judiciais, e o segundo refere-se às incorporações antigas. Assim, deve-se realizar um estudo sobre as discrepâncias advindas dos ganhos judiciais.

6. Cargos de professores substitutos: Consideramos que deve haver novas regras para a contratação de Professores Substitutos, no âmbito de uma reposição imediata, através de concurso público, dos cargos vagos de professores efetivos.

7. Critérios para progressão: Quais seriam os critérios (ou princípios) para progressão vertical na carreira, quando não houver titulação?

8. Forma de progressão para Professor Titular: O GT Carreira tem discutido a possibilidade de realização de “Concurso Interno” (sómente para docentes de qualquer Instituição Federal de Ensino do Brasil), com talvez um número limitado de vagas por universidade.

O Conselho de Representantes da Adufrgs sugere que se faça uma consulta à Assessoria Jurídica para saber se é constitucional haver “concurso interno”. Hoje temos carreira com duplo ingresso e o Conselho entende que o nível máximo deveria ser atingido de forma progressiva, dentro de uma carreira única e com ingresso único.

9. Formas de reenquadramento dos professores aposentados: O GT de Assuntos de Aposentadoria está realizando estudos junto com colegas de outras universidades e em breve adicionará comentários sobre o tema, haja visto que há situações complexas e diferentes dos professores não aposentados no que se refere ao reenquadramento em uma nova carreira.

CONAD

Pouco espaço para as questões docentes

Filiação da Andes à Conlutas foi um dos pontos centrais do encontro, que tratou também de questões de política nacional e internacional e pouco tempo dedicou aos temas de interesse direto dos professores.

por Cláudio Scherer



Entre os dias 29 de Junho e 2 de julho, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, representantes de Associações de Docentes de todo o País reuniram-se no 51º Conselho Nacional de Associações de Docentes (Conad) da Andes para debater temas pertinentes ao Movimento Docente. Na plenária de abertura, tomou posse a nova diretoria da entidade, que tem agora o professor Paulo Rizzo como presidente. Estiveram presentes a reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Margarida Salomão, que também representou a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), José Maria Almeida e Maurício Guimarães, representantes da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) respectivamente.

Entre os temas trabalhados no encontro estão avaliação do plano de lutas (eixos e bandeiras), questões organizativas e financeiras e atualização do caderno 2 (instrumentos legais de acordo com o que foi delegado pelo 25º congresso). A filiação da Andes à Conlutas, que dominou o pri-

meiro tópico, estará em pauta também no 26º Congresso da Andes, conforme decisão do Conad.

Além disso, o encontro indicou que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre o tema, de modo que a questão amadureça o necessário para um acúmulo de forças. Nesse sentido, os docentes reunidos em Juiz de Fora apontaram para a participação da Andes e Seções Sindicais como observadores nas coordenações da Conlutas. De acordo com a agenda definida pelo Conad, os debates devem acontecer entre agosto e outubro. No mês de novembro, seminários regionais, organizados pelas secretarias regionais, deverão sistematizar as conclusões apontadas pelas seções sindicais e dar subsídios para a realização de um seminário nacional.

Ainda no primeiro tema discutiu-se atualização dos planos de lutas setoriais: instituições de ensino superior federais (Ifes), estaduais (Iees) e particulares (Ipes). No que concerne às Ifes, decidiu-se que a Andes continuará participando do GT carreira do MEC e se reafirmaram as antigas bandeiras do movimento docente.

Lamentavelmente, no meu entender, não se colocaram discussões de conteúdo sobre os temas que devem ser decididos nos próximos meses, como critérios de progressão para a classe de professor associado e a formulação de uma nova carreira docente. Por isso não houve qualquer oportunidade para o delegado da Adufrgs apresentar a proposta aprovada em assembleia geral da entidade, determinando que a Andes deve batalhar junto ao MEC pela definição de "parâmetros nacionais de avaliação para a progressão funcional de professor adjunto para professor associado".

No segundo tópico, questões organizativas e financeiras, o Conad aprovou o balanço financeiro referente ao ano de 2005 apresentado pela Andes. No terceiro, a decisão mais interessante foi a de apresentar ao Congresso Nacional uma proposta de mudança constitucional do Art. 212, incluindo na receita da qual devem ser destinados 18% para a educação também as receitas denominadas "contribuições" e não apenas "receitas líquidas de impostos".

Finalmente eu gostaria de expressar minha opinião de que se gastou no Conad muito tempo com assuntos que têm pouco ou nada a ver com o que considero fundamental para o movimento docente (universidade, carreira, condições de trabalho e salário, etc.) como problemas internos da Bolívia e de outros países, e com detalhes de redação das resoluções, muitos dos quais não terão nenhuma consequência prática.

O relatório final do 51º Conad está disponível na íntegra na seção Documentos/Andes da página eletrônica da Adufrgs (www.adufrgs.org.br).

EUROPA E AMÉRICA DO SUL

A longa estrada da integração

Conferência realizada em Porto Alegre reuniu representantes de fundações e partidos da Europa e da América do Sul. Na agenda, a integração regional entre os dois continentes. Debates mostraram que o caminho a percorrer ainda é longo.

por Marco Aurélio Weissheimer



TELMO

"As esquerdas latino-americanas são o espelho quebrado que reflete a cara do continente". A frase do presidente da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, na abertura da conferência "União Européia e América do Sul: processos de integração", antecipou e, de certa forma, resumiu o debate que aconteceu de 2 a 4 de junho. Os significados da metáfora do espelho quebrado apareceram, sob diferentes formas, nas discussões entre representantes de fundações ligadas a partidos socialistas e social-democratas da América do Sul e da Europa. A sinceridade foi uma das principais marcas do encontro e um diálogo franco, aberto, às vezes duro, expressou diferenças de percepções sobre a realidade política de cada continente.

Um dos consensos que emergiu foi o da necessidade de construir processos de integração que não se limitem a acordos comerciais. "Não queremos apenas integração econômica, baseada na livre circulação de mercadorias, mas também uma integração de povos, de valores e de culturas", resumiu o ex-ministro das Cidades do Brasil, Olívio Dutra.

Do lado europeu, esse não é o tema central, pois os problemas enfrentados atualmente pela União Européia são de natureza distinta. Para Dörte Woolard, diretora do Departamento América Latina e Caribe da Fundação Friedrich Ebert, ligada à social-democracia alemã, há, no entanto, uma característica comum às dificuldades enfrentadas pelos processos de integração. "A atual crise é fruto das mudanças na economia global. O que nos une é a defesa de

alguns valores comuns, como liberdade, justiça e solidariedade, valores estes que estão ameaçados pela dinâmica da globalização".

Qual democracia?

"Qual democracia queremos?" – perguntou Guy Labertit, diretor do Departamento de Cooperação Internacional da Fundação Jean Jaurès, ligada ao Partido Socialista francês. A questão, em si mesma, já carrega um diagnóstico a respeito dos déficits que cercam a própria idéia de democracia. "Não se trata de impor desde fora um modelo pré-fabricado e de se contentar com a existência de instituições formalmente democráticas, como ocorre hoje no Iraque e no Afeganistão. Nossa desafio é incorporar práticas de democracia participativa e de combate à exclusão social", defendeu.

Para os painelistas europeus, a União Européia tem um compromisso com uma "globalização organizada" segundo princípios de justiça social. Há, é claro, quem discorde disso, como os eleitores da França e da Holanda que, em 2005, disseram "não" à proposta de Constituição europeia, por considerar que esse compromisso não era tão forte assim.

Na visão de alguns europeus, a paralisa que ameaça o processo de integração na América do Sul é, em boa medida, resultante do "retorno do populismo" no continente, uma referência aos governos de Hugo Chávez, na Venezuela, e de Evo Morales, na Bolívia. Essa caracterização foi

rejeitada pelos sul-americanos na conferência, que pediram uma melhor compreensão sobre o que ocorre hoje no continente.

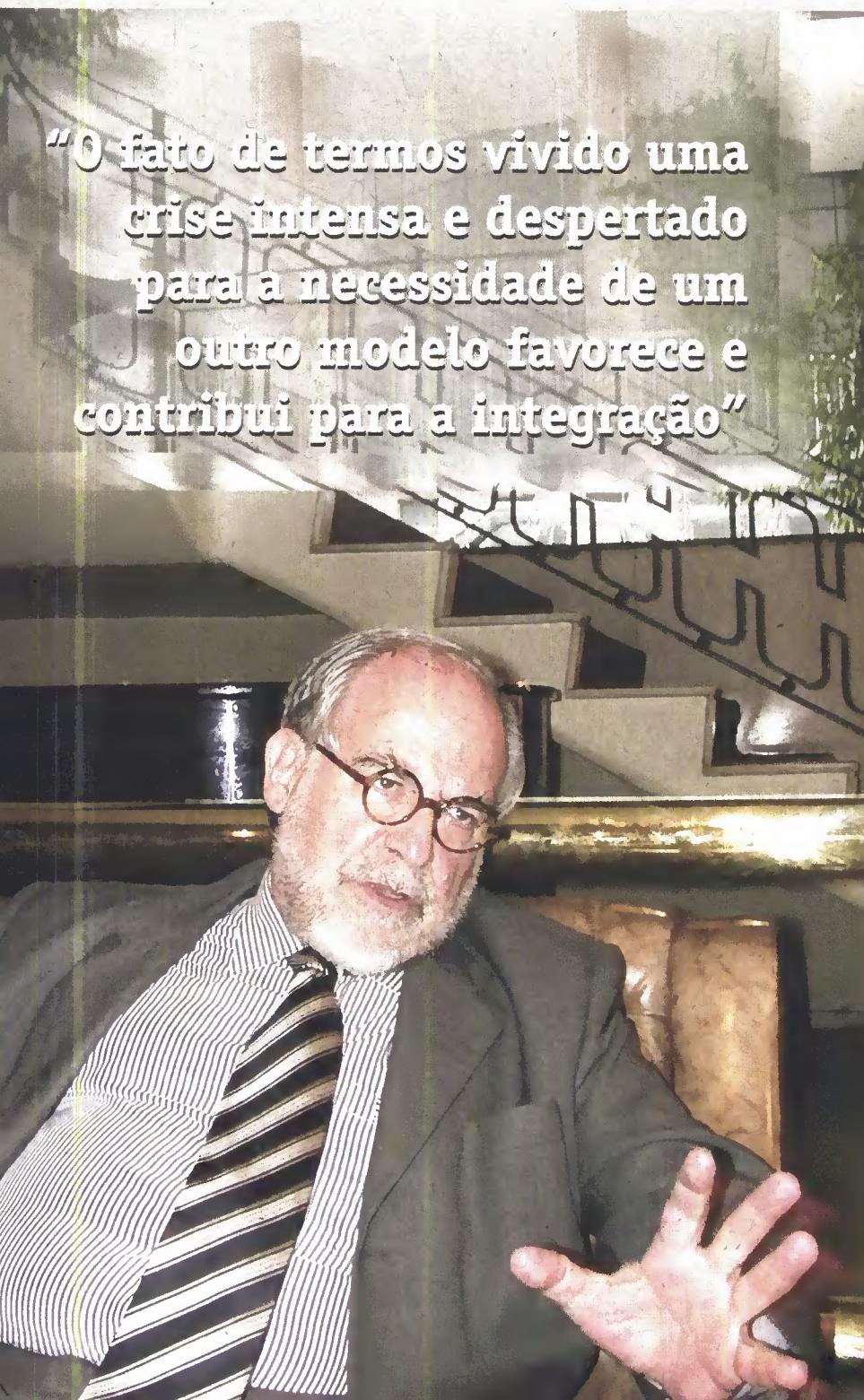
Essas diferenças de visões indicaram que a metáfora do espelho quebrado pode se aplicar não somente às esquerdas sul-americanas, mas também à relação destas com suas parceiras européias. A social-democracia européia nunca conseguiu grande penetração na América do Sul, embora tenha laços e parcerias com diversos partidos no continente. O ressurgimento de uma esquerda mais radicalizada no continente, expressa hoje pelos governos da Venezuela e da Bolívia, é vista com uma certa desconfiança.

As dificuldades são de mão-dupla, na verdade. Talvez o principal mérito da conferência tenha sido a sua explicitação através de uma discussão sincera, embora não tenha sido suficiente para dissolver contradições. A compreensão da natureza destas contradições é um dos desafios para entender os obstáculos a um processo de integração que não se limite a acordos econômicos. Entre defesas da democracia, da justiça social e do multilateralismo, apareceram algumas das imagens distorcidas refletidas pelos "espelhos quebrados". Discursos contra a liberalização desenfreada da economia conviveram com outros que pregam o fim dos subsídios e o livre-comércio. Diagnósticos sobre a crise da globalização andaram de mãos dadas com disfarçadas defesas de suas virtudes, sinalizando que a integração ainda tem um longo caminho a percorrer.

MARCO AURÉLIO GARCIA

"Hoje nós temos condições para deslanchar a economia"

"O fato de termos vivido uma crise intensa e despertado para a necessidade de um outro modelo favorece e contribui para a integração"



Nunca as condições para consolidar o Mercosul foram tão favoráveis. Nunca os incidentes entre os países do bloco ameaçaram tanto a união entre os seus membros. A conjuntura paradoxal é apontada pelo assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, que esteve em Porto Alegre no início de junho para participar da conferência "União Européia e América do Sul: processos de integração". O evento reuniu autoridades e intelectuais da América Latina e Europa, que analisaram os impasses da integração sul-americana e o legado, a ser utilizado como inspiração, da União Européia.

Em entrevista ao Adverso, Marco Aurélio Garcia analisou as realizações do governo Lula, disse que a decisão da Bolívia de nacionalizar os hidrocarbonetos é "legítima" – embora tenha criticado a forma "espetacular" como foi feita – e rebateu a estigmatização dos novos governos latino-americanos, chamados de "populistas e nacionalistas".

por João Rosito
fotos Clarissa Pont

Adverso | Esse modelo que atualmente se discute para o Mercosul, para a integração da América Latina, é diferente daquele que foi elaborado no início dos anos 90?

Marco Aurélio Garcia | O mercado comum que se pensava nos anos 80 era uma aproximação política, a partir do acercamento Alfonsin¹ Sarney. No começo dos anos 90, eu acho que as decisões estavam muito influenciadas pela predominância do projeto neoliberal na região. E essa política conservadora, aplicada nos cinco países, impediu inclusive um funcionamento melhor do Mercosul. Pouco a pouco foi gestado, no Brasil e em outras partes, uma outra idéia de integração regional, que transcendesse o âmbito puramente comercial e que pudesse estabelecer alguns traços comuns, em termos de integração produtiva, integração social, um orçamento maior nas estruturas políticas, enfim, esse projeto que bem ou mal estamos perseguindo nos últimos tempos.

Adverso | O senhor falou que a América Latina nunca teve tantas condições favoráveis para consolidar o Mercosul e também tantos incidentes que podem criar-lhe obstáculos. Quais seriam essas condições e quais seriam esses incidentes?

Garcia | Bom, eu diria que as condições favoráveis são, em primeiro lugar, a crise dos modelos neoliberais, essa tensão no processo de integração, o fato de que dessa crise resultaram governos progressistas, quase todos eles tendo um peso muito forte nos processos de integração. Antes, os processos de integração regional eram, muitas vezes, tolerados ou bastante retóricos. Mas na realidade, boa parte dos governos sonhava, em maior ou menor intensidade, em estabelecer acordos com os Estados Unidos, ou em ingressar na Alca². Em segundo, há um grande fortalecimento da democracia, com participação social muito intensa. Eu acho que, ao lado de algumas circunstâncias internacionais também, o fato de termos vivido uma crise intensa e despertado para a necessidade de um outro modelo e de termos governos progressistas em número crescente de países favorecem e contribuem para a integração.

Adverso | A União Européia não deixa de ser um modelo que o Mercosul de certa forma persegue. Por outro lado, há toda uma trajetória histórica de processo social distintas. Quais as especificidades do Mercosul?

Garcia | As especificidades do Mercosul em relação à União Européia são muitas. Em primeiro lugar, lá foi uma associação de países desenvolvidos, bafejados por um período de grande exploração mundial, chamados de 30 anos gloriosos, muito sobre um culto do que tinha sido a análise da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de superar esses conflitos no espaço europeu. Os países da Europa são sociedades muito distintas das nossas. Aqui, nós tivemos um processo de integração como consequência, em grande medida, do processo de democratização, uma vez que nós conseguimos, nos anos 80, nos desfazer das ditaduras, de forma muito lenta e tortuosa. E, ao mesmo tempo, o Mercosul surge no meio de uma crise econômica muito profunda. A Argentina já tinha, de certa forma, abandonado o modelo nacional-desenvolvimentista; o Brasil havia, de certa maneira, esgotado a sua modernização desenvolvimentista no final dos anos 70, co-

"Tendo em vista a afinidade que há entre os governos Lula e Evo Morales, seria melhor que tivéssemos sido avisados e poupadados de um espetáculo totalmente desnecessário como foi o envio de tropas para cercar as refinarias"

meço dos 80, e estava muito sem saber para aonde ir. Portanto, dá para se dizer que esse processo se inicia durante a chamada primeira "década perdida" e ele vai prosseguir durante a chamada segunda "década perdida". Então, as condições regionais não eram condições muito favoráveis. Eu acho que elas começam a melhorar um pouco a partir de 2002, 2003, quando se tem mais ou menos quadros internacional e regional mais favoráveis.

Adverso | Em que medida o bloco pode, em conjunto, combater a pobreza na América Latina?

Garcia | Ele pode combater de duas maneiras. Primeiro, criando as condições para uma retomada do desenvolvimento econômico na região, e isso tem de ser feito através de uma considerável melhoria da infraestrutura física, energética, de políticas econômicas e produtivas integradas, cadeias de valor integradas na região. Essas medidas vão gerar mais emprego, desenvolvimento, distribuição de renda, equilíbrio e coesão social melhores. A segunda medida é através de políticas sociais de emergências, algumas mais estruturantes, como são as políticas de educação e saúde, outras que têm um caráter mais transitório, como são as políticas de distribuição de renda.

Adverso | O senhor vem criticando o rótulo que se tem dado aos novos governos latino-americanos de "populistas" e de "nacionalistas". O senhor acredita que seja um preconceito?

Garcia | Não. No que diz respeito ao nacionalismo eu não vejo que isso seja um estigma. Há nacionalismos e nacionalismos. Poucos países são mais nacionalistas do que os Estados Unidos, e eu não vejo as pessoas criticarem os Estados Unidos por seu nacionalismo. No caso dos países da América do Sul, especificamente, e da América Latina, de uma maneira geral, o nacionalismo é até uma reação, mesmo às vezes exagerada, compreensível, porque esses países foram de uma tal forma desnacionalizados, o Estado foi de tal maneira desestruturado, a sociedade sofreu tais abalos, que nada mais normal que a reconstrução material desses países venha acompanhada de um processo de reencontro com a identidade nacional. Temos o caso da Argentina. A Argentina é um grande país da América Latina e do mundo. De uma hora para outra, se viu mergulhada numa crise tremenda, avassaladora, que expulsou da sociedade milhões de argentinos, lançou-os na marginalidade, na exclusão social, abaixo da linha da pobreza e em alguns casos na condição de indigentes. Evidentemente, isso representa para esses milhões de



argentinos, que de uma hora para outra sofreram esse processo de *déclassement social*, um grande abalo. Diante disso, é perfeitamente compreensível que a reconstrução argentina, como de resto a nossa e de alguns países nos quais a questão nacional é muito mais forte, tenha se dado sob forte signo de afirmação nacional. Na minha opinião, o conceito de populismo tem sido usado, na maioria esmagadora dos casos, para desqualificar processos de democratização na região, tais como a eleição do presidente Chávez, na Venezuela, e a sua posterior confirmação pelo referendo revogatório, a eleição do Kirchner, do Evo Morales, do próprio Lula. Esses processos eleitorais implicaram uma certa inclusão dos setores populares em torno de uma determinada opção e acabaram incomodando profundamente as elites que estavam até então acostumadas a resolver as coisas entre elas. E isso é grave porque, no fundo, mais do que um questionamento do chamado populismo por parte desses setores, o que nós temos é um questionamento da democracia. Passa a existir uma espécie de duplo padrão democrático: a democracia boa, aquela que seguindo determinadas regras produz os resultados que a mim interessam; e a democracia má, aquela que, seguindo as mesmas regras praticamente, produz os resultados que a mim não interessam.

Adverso | Chegando perto do fim do mandato do presidente Lula, como o senhor avalia essa experiência. Quais, na sua opinião, são os principais avanços e o que ainda não se conseguiu fazer?

Garcia | Eu acho que teve uma coisa importante, não é uma coisa decisiva, mas que eu coloco quase heuristicamente como um ponto relevante: o fato de termos impedido que uma crise maior se abatesse sobre a economia e sociedade brasileiras, que era a expectativa que a direita tinha. Segundo lugar, em função

desses passos no campo macro-econômico, nós conseguimos assegurar condições para um desenvolvimento futuro muito boas. Acho que hoje o País está mais preparado, com baixa inflação, com capacidade de poupança muito maior, com aumento de investimentos, com distribuição de renda um pouco melhor, ainda muito insuficiente diante do que nós queremos, mas um pouco melhor, com credibilidade internacional maior, com vulnerabilidade externa diminuída. Enfim, persistem ainda alguns problemas importantes, mas eu diria que o fundamental é que hoje nós temos condições para deslanchar a economia muitas vezes superiores. E isso não se obteve somente no plano dos grandes equilíbrios fiscais ou financeiros, mas também em termos de crescimento, que no final do ano se constatará como muito maior do que o que tivemos nos anos passados, uma redução substantiva do desemprego, melhoria dos níveis de distribuição de renda, além de outros elementos importantes em termos de políticas públicas, que eu citaria em particular o caso da educação. Eu acho que nós tivemos um avanço muito importante. E se você me perguntar "vocês estão satisfeitos?". Não, evidente que não estamos satisfeitos. E não é que "nós" não estejamos satisfeitos, o povo brasileiro não está satisfeito. Há uma demanda evidente de enfrentar com mais velocidade, com mais radicalidade, esse conjunto de fatores que compõe a tragédia social brasileira, demonstrada nos recentes acontecimentos de São Paulo. Ainda que o governo federal possa eximir-se da responsabilidade no que diz respeito às condições concretas dos temas da segurança em São Paulo, já que não é atribuição sua, nós não podemos ficar indiferentes ao que houve lá, porque São Paulo faz parte do Brasil e é uma parte importante. Se temos fenômenos de anomia social dessa natureza, isso tem de, evidentemente, inquietar o governo federal. Não se trata de jogar a responsabilidade. Seria muito fácil dizer simplesmente "ah, isso é o fracasso de uma certa política de segurança". É um fracasso, mas muito mais do que isso, revela o quanto profundas são as contradições nas quais está mergulhada a sociedade do País.

Adverso | Como o senhor avalia a questão da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia? O Brasil chegará a ter algum tipo de prejuízo?

Garcia | Acho que é um processo absolutamente normal, natural. A Bolívia fez o que outros países fizeram, inclusive o que o Brasil fez. O único reparo que nós tivemos foi um reparo de forma. Tendo em vista a afinidade que há entre os dois governos, a afinidade inclusive pessoal do presidente Lula e do presidente Evo, seria melhor que tivéssemos sido avisados e poupadados de um espetáculo totalmente desnecessário como foi o envio de tropas para cercar as refinarias. E de uma retórica também exacerbada, que não ajuda muito. O que parece fundamental é que, ao que tudo indica, essa etapa está superada. E agora nós vamos desenvolver programas de cooperação com a Bolívia, vamos redefinir as nossas relações. Evidentemente que tudo isso também vai passar pelas negociações no que se refere a compras de gás, do preço. A Petrobras vai ter de demandar a indenização devida e isso terá o apoio total do governo brasileiro. É um investimento brasileiro, mais do que isso, é um investimento estatal.

¹ Raúl Ricardo Alfonsín, presidente da Argentina de 1983 a 1989

² Área de Livre Comércio das Américas (Alca)

IDENTIDADE NACIONAL NO CAMPO E NAS RUAS

22 de junho de 2006, fim do jogo entre Brasil e Japão pelo grupo F da Copa do Mundo da Alemanha. O carnaval toma conta das ruas de uma capital brasileira, com direito a bonecos caricatos dos principais craques da seleção, apitaço e buzinaço. Ao som de tambores, o povo dança e comemora a vitória de 4 a 1, formando um imenso e largo cordão verde e amarelo que, em determinado ponto, se divide em muitos e termina em pontos em mesas de bar.

por Maricélia Pinheiro

A falta de sintonia da equipe e o futebol desajeitado, que já prenunciava uma saída precoce da seleção brasileira da Copa da Alemanha, não foram suficientes para ofuscar o brilho da festa, realizada a cada vitória. Nesses momentos, não há gremistas ou colorados, flamenguistas ou vascaínos, corintianos ou são-paulinos, atleticanos ou cruzeirenses. Não há também adeptos da direita, do centro ou da esquerda política. Há apenas brasileiros, que esquecem, por alguns dias, toda e qualquer rivalidade e vestem a mesma camisa. São 200 milhões em ação, que se unem para empurrar a equipe, independente da qualidade do futebol que esta apresente.

Dia 1 de julho de 2006, fim do jogo entre Brasil e França. Outra vez, os franceses mandam os brasileiros para casa sem caneco. Embora os mais críticos reconheçam o não merecimento do Brasil e encontrem inúmeras explicações para a derrota, todos choram juntos. O tema continua em pauta por alguns dias e pouco a pouco a corrente verde e amarelo vai se dissipando, dando lugar a outras, das mais variadas cores. E agora é esperar mais quatro anos, para deixar de lado todas as diferenças e formar um único cordão.

No Brasil, o futebol exerce um papel de suma importância na construção da identidade nacional. Afinal, quando mais se veste a camisa verde e amarela? Nos dias de jogos da seleção, em especial nas copas do mundo, ou no 7 de Setembro, quando se comemora a Independência do Brasil? Os brasileiros assumem com muito mais força sua identidade quando se trata de esportes, principalmente o futebol, característica comum nos países de economia transnacionalizada, observa a antropóloga e estudiosa do tema, Simoni Lahud Guedes.

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autora de "Jogo de Corpo" (1997) e "O Brasil no Campo de Futebol" (1998), ambos editados pela UFF, Simoni assina como organizadora, junto com o também antropólogo e professor da Unisinos, Édison Luis Gastaldo, o recentemente lançado "Nações em campo - Copa do Mundo e identidade nacional", da editora Intertexto. Para a antropóloga, a Copa do Mundo representa o local e o momento para se viver a chamada brasiliade.

Édison Gastaldo, em seu artigo "A Pátria na 'imprensa de chuteiras': futebol, mídia e identidades brasileiras" observa que "...Mesmo sem negar que a mítica do 'país do futebol' seja resultado de um processo histórico e social que tem pouco mais de 50 anos, este esporte é hoje um dos principais emblemas da 'identidade nacional', juntamente com o samba e as chamadas 'religiões afro-brasileiras'". O autor, no mesmo trabalho, faz ainda uma relação entre a figura do "malandro" e o futebol. "...Embarra o contexto histórico e social contemporâneo tenha relegado o 'malandro' (de navalha, terno branco e lenço de seda no pescoço) ao passado, sua figura emblemática continua presente no imaginário da sociedade brasileira. Um dos campos onde a 'malandragem' é vista essencialmente como um valor no Brasil é justamente o campo de futebol, palco de ritualizações de diversos elementos da cultura brasileira".

O DESCASO DA ACADEMIA

Até a década de 70, o futebol, assim como o carnaval e outras manifestações populares, eram considerados temas irrelevantes para a academia. Roberto DaMatta, antropólogo do Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros no estudo de temas ditos periféricos e tornou-se uma figura emblemática nesse campo. Seus estudos mostram o quanto o esporte fala sobre a sociedade em que se insere e o quanto o conhecimento do brasileiro passa pelo campo de futebol.

Simoni Lahud conta que decidiu estudar o futebol do ponto de vista antropológico justamente pelo descaso dispensado pela academia. "Sempre achei estranho o desinteresse por um tema que mobilizava tanta gente", disse em entrevista ao Adverso em junho, quando esteve na Unisinos para participar do "1º Seminário Pátria de Chuteiras". Ela ressalta que a História é escrita basicamente sobre os fatos econômicos e políticos, quando deveria dar também importância aos aspectos culturais. No caso do Brasil, o futebol e o carnaval estão entranhados no povo e influenciam diretamente na economia e na política.

É preciso vivenciar a cultura popular para escrever sobre ela. Com base nessa constatação, Roberto da DaMatta, em um de seus discursos, discorda da postura de alguns intelectuais que ficam "encastelados nas universidades, escrevendo sobre cultura popular", sem nunca terem ido a um desfile de Carnaval ou a um estádio em dia de clássico. Na opinião do antropólogo, ir ao estádio possibilita o acesso a incontáveis elementos que, com certeza, irão enriquecer o trabalho do pesquisador, como os *slogans* das torcidas, os símbolos expressos nas bandeiras e nas cores dos uniformes, além da emoções que unem as pessoas.

ORIGEM E POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL

Nesse mesmo discurso, DaMatta escreveu que "...o futebol, de todos os esportes, por uma série de razões, foi certamente a primeira dimensão mais pública, acessível e universalizada que deu a nós brasileiros este orgulho do Brasil...". Ele observa que o esporte, trazido da Europa por jovens da classe alta, "foi roubado pelo mundo popular e sobretudo pelos menos privilegiados ou oriundos das camadas dominadas da sociedade brasileira..."

Para o antropólogo, "...existe toda uma sabedoria ligada ao mundo esportivo – ao conversar com qualquer pessoa que acompanha futebol, nota-se uma memória extraordinária das partidas, o placar do jogo entre Fluminense e Bonsucesso, uma mitologia riquíssima do futebol em torno de figuras como Pelé, mas que vai até Leônidas, Domingos da Guia, Friedenreich, um sujeito curioso, um mulato filho de pai alemão e mãe negra brasileira".

A própria natureza do futebol, para Roberto DaMatta, se encarregou de torná-lo popular. Por ser um esporte em que a bola fica no chão,

não exige determinados atributos físicos como altura e grande porte. A facilidade para se armaz o jogo, uma vez que se pode improvisar traves com latas ou tijolos em qualquer terreno vazio, e a simplicidade das regras, tornaram o futebol ainda mais acessível.

Baseado radicalmente, segundo a visão de DaMatta, na igualdade e no desempenho, "o futebol é um dos maiores formadores de democracia conhecidos, porque a democracia é exatamente o fato de que todos conhecem as regras do jogo...". O esporte teria ainda inserido na sociedade brasileira o espírito de competição, que não existia na época, pois as pessoas estavam habituadas a jogar (jogos de azar), mas não a competir. Isso se reflete na política, quando se observa na História momentos intercalados de democracia e ditadura.

Para o antropólogo, o fato de se assinar um contrato antes, não podendo mudar as regras durante o jogo ou o campeonato, é um elemento muito importante para caracterizar e para entender o esporte em relação à sociedade. "...o futebol é um veículo, um modelo reduzido da sociedade e dos valores de democracia...". Ele afirma ainda que "...não há melhor metáfora, não existe melhor símbolo de inclusão social e de respeito à lei e de igualdade perante a lei do que um jogo de futebol...".

MITOS

Ouve-se com uma certa freqüência que a habilidade dos brasileiros com a bola teria ligação direta com a miscigenação e a diversidade étnica, uma vez que as grandes revelações do futebol, coincidência ou não, ao longo da História têm sido afrodescendentes. Na Argentina, observa a antropóloga Simoni Lahud, o povo acredita que o talento diferenciado de seus jogadores tem origem na hibridação de espanhóis e italianos com os índios nativos. Ambos se pensam como os donos do futebol-arte, o que gerou e alimenta uma rivalidade histórica extensiva às áreas de política e economia. Ou seria o contrário? O fato é que brasileiros e argentinos nunca estão do mesmo lado quando se trata de esportes.

Outra característica a ser observada entre os jogadores que ganham destaque no cenário do futebol é o fato de pertencerem a classes sociais mais baixas ou que, de certa maneira, está diretamente relacionado a maior incidência de afrodescendentes. Mas por que os pobres se interessam mais pelo futebol? Para Simoni Lahud, o que mais impulsiona os jovens de classes populares à carreira de jogador é o sonho de ascensão social. Por ser um esporte que exige pouco em termos de infraestrutura material para ser praticado, as crianças da periferia começam cedo e, por falta de perspectivas com relação aos estudos, uma boa parte opta por arriscar-se no competitivo mundo do futebol. É verdade que a grande maioria fica pelo caminho, mas o sonho de vestir a camisa verde e amarela continua passando de geração para geração.

MENOS CALORIAS.

Sabor que NÃO ENGORDA

Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos (ICTA) da Ufrgs desenvolveu alimentos *diets* com baixas calorias e sabor agradável. Pesquisa, voltada para diabéticos, deve ser retomada em breve com o uso de novos edulcorantes.



Ouve-se muito que os alimentos dietéticos, especialmente os doces, não têm o mesmo sabor dos convencionais, apesar do avanço das pesquisas na área. No entanto, os doces e tortas desenvolvidos pelo Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos (ICTA) da Ufrgs desfazem essa idéia, garante a nutricionista e técnica-administrativa Heloísa Helena Carvalho, coordenadora do projeto.

O segredo, revela Heloísa, é a chamada sucralose, que nada mais é do que a sacarose (açúcar) modificada quimicamente para não ser reconhecida pelas enzimas digestivas. "Como não é metabolizado, o açúcar não vai para o sangue ou células, indo direto para o bolo fecal"; explica. Isso quer dizer, em outras palavras, que é possível comer açúcar e não engordar. No caso dos diabéticos – para os quais o trabalho foi direcionado – o produto oferece segurança e, como diferencial, sabor semelhante ao dos alimentos não *diets*.



7º SALÃO DE EXTENSÃO DA UFRGS

"Ampliando as Fronteiras da Universidade"

24 a 28 de setembro de 2006

DESTAQUES DA PROGRAMAÇÃO

Dia 24, domingo

19h - Atividade Artístico-Cultural - Projeto Unimúsica: "Siba e a Fuloresta - Ciranda e maracatu rural da zona da mata pernambucana"

Dia 26, terça-feira

09h30min - Mesa-Redonda: "Ampliando as Fronteiras Tecnológicas" Palestrante: Paulo Antônio de Souza Júnior (Cientista Colaborador da NASA)

11h - Abertura da Exposição Santos Dumont: "14-BIS: Asas de um Sonho"

Dia 27, quarta-feira

9h - Mesa-Redonda: "Ampliando o Acesso à Universidade" Palestrante: Ricardo Manuel dos Santos Henriques (Secretário da SECAD/MEC)

ESTE ESPAÇO FOI CRIADO
PARA MOSTRAR O COTIDIANO
NOS CAMPI DA UFRGS E OS
TRABALHOS DESENVOLVIDOS
POR PESQUISADORES NA
UNIVERSIDADE. ENVIE
SUGESTÕES DE TEMAS E
QUESTÕES QUE ENVOLVAM A
COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Como tortas e doces passam por processos que exigem altas temperaturas, o fato da sacralose ser resistente ao calor – característica rara entre os chamados edulcorantes (adoçantes artificiais) – foi fundamental para que a experiência desse certo. "Uniu-se a isso o sabor agradável e as baixas calorias", observa a nutricionista e doutora em epidemiologia, saneamento e tecnologia de alimentos de origem animal.

Desenvolvida originalmente por uma grande multinacional e disponível em casas de produtos *diets* e em alguns supermercados, a sacralose seria perfeita se não fosse o alto custo. "Isso impediu que muitas confeitarias, padarias e sorveterias de Porto Alegre, que haviam adotado as receitas, seguissem produzindo", lamenta Heloísa. A tecnologia desenvolvida pelo ICTA da Ufrgs foi repassada gratuitamente para várias pequenas empresas, através de cursos e oficinas oferecidos pela universidade.

A intenção, segundo Heloísa, é retomar a pesquisa dessa vez experimentando outros edulcorantes, entre eles o lactitol. Com trabalhos sempre direcionados a classes populares, o ICTA programa para 2007 um resgate etnográfico alimentar, que irá envolver comunidades indígenas e quilombolas do Rio Grande do Sul, adiantou a técnica-administrativa.

Diet ou ligth ?

Quem pensa que o selo *diet* é sempre garantia de poucas ou nenhuma caloria, se engana. Os alimentos *diets*, observa a nutricionista Heloísa Helena Carvalho, são geralmente desenvolvidos para grupos específicos e não estão ligados necessariamente a dietas de emagrecimento. "No alimento *diet*, um nutriente é retirado, total ou parcialmente, sendo ou não substituído por outro", explica. Segundo ela, para portadores de determinadas doenças renais são desenvolvidos alimentos sem proteína, enquanto é retirado o sódio para o hipertenso e o açúcar para o diabético. O chocolate dietético, por exemplo, não contém sacarose, mas em compensação, leva mais gordura do que o chocolate tradicional.

Já os alimentos *ligths*, detalha a nutricionista, têm simplesmente suas calorias reduzidas, não significando a ausê-

cia total da sacarose – do grupo dos carboidratos – que ao contrário do que se pensa, é menos calórica do que as gorduras e proteínas. Então, considerando o consumo exclusivamente para uma dieta de emagrecimento, vale lembrar que nem todo *diet* é *light*, mas todo *light* é *diet*. Mas um alerta aos diabéticos: nem todo produto *light* pode ser consumido livremente. O ideal é consultar o médico ou nutricionista que acompanha o paciente, além de ler atentamente as instruções na embalagem.

Adoçantes naturais e artificiais

Tudo que adoça é um adoçante, explica Heloísa. O açúcar e o mel, por exemplo, são chamados adoçantes naturais. Todo aquele que passa por um processo químico é chamado de edulcorante e as propriedades que lhe conferem as baixas calorias estão justamente no poder de adoçar. "Como eles adoçam mais, usa-se menos", observa a nutricionista. Existem vários no mercado, geralmente em líquido ou pó, mas poucos resistem a altas temperaturas, não podendo ser usados na culinária de forno e fogão.

Quanto a possíveis efeitos maléficos à saúde, ela garante que não há estudos que os comprove definitivamente. Isso porque a quantidade ingerida é muito pequena. "Mesmo que alguém use edulcorante em toda a alimentação, não se chega a um terço da IDA (Ingesta Diária Aceitável), índice que define a quantidade máxima diária de uma substância a ser ingerida, sem que apareçam efeitos colaterais clínicos e subclínicos", explica.

Ela argumenta que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), órgão responsável pelo controle de qualidade dos alimentos produzidos em todo o mundo, aceita o parecer da FDA (Food Drug Administration), departamento do governo norte-americano que controla alimentos e remédios, sobre o uso de edulcorantes. O Brasil, nesse caso e em muitos outros, segue os critérios da FDA, que é como se fosse a Anvisa (Agência de Vigilância Sanitária), compara a nutricionista.

GUERRILHA URBANA

Ineficácia da
policia

"A máscara caiu", diz Alba Zaluar, uma das antropólogas mais respeitadas no Brasil, cujo campo de estudo há duas décadas é a violência. Não é apenas o Rio de Janeiro que produz cenas de guerrilha urbana, como se quis acreditar por muito tempo. Aliás, erros de interpretações como esses, acerca das causas, abrangências e formas de enfrentar a criminalidade tornam-se eficientes mecanismos de sua reprodução e perpetuação.

Dessa vez, o epicentro foi São Paulo, maior cidade da América do Sul. Quando os ataques cessarem, a questão será realmente debatida, ou cairá no esquecimento, triste expressão da omissão generalizada?

por João Rosito

Menos os bandidos, mais a polícia. Estudiosos da criminalidade não titubeariam quando perguntados quem são os responsáveis por ondas de violência como as que vêm ocorrendo desde maio em São Paulo. Para eles, a série de ataques a postos policiais, a ônibus e as revoltas em penitenciárias são o resultado de uma polícia ineficaz, incontrolável e, muitas vezes, tão criminosa quanto aqueles que, de armas em punho, promovem assaltos, seqüestros e assassinatos. Para combater a escalada do crime, o Estado fecha os olhos para suas causas e opta pelo encarceramento, outro aspecto ressaltado pelos pesquisadores como fonte previsível de turbulências.

Alba Zaluar, coordenadora do Núcleo de Pesquisas das Violências (Nupevi) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), alerta para um problema que recebe pouca atenção das autoridades: a existência de empresas de segurança privada coordenadas por policiais, que lucram com a deficiência governamental e com o crime. "Essas pessoas ganham com a insegurança, enquanto a maioria perde", diz. Mas isso é apenas uma ponta do caos. "Pouco tem sido feito em relação à mudança na estrutura e organização das polícias estaduais, civil e militar, que deveriam estar cooperando entre si. Essa tendência das corporações ao isolamento prejudica as investigações", diagnostica.

A análise do professor Fernando Salla, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade São Paulo (USP), também aponta as falhas do sistema. "Uma crise como a que se teve indica sérios problemas nas áreas de policiamento ostensivo, de polícia judiciária e revela as deficiências do sistema penitenciário como um todo", afirma. "No Brasil, temos especial predileção pelas penas privativas de liberdade. É lógico que isso tem um reflexo danoso no conjunto, pois temos um aumento brutal da população encarcerada, que,

em pouco mais de dez anos, quadruplicou", informa. (veja quadro)

É a "faca de dois gumes" de que fala Alba Zaluar. Segundo ela, colocar muita gente na prisão também fortalece a população carcerária, uma vez que há muitos insatisfeitos, em presídios superlotados. Existe ainda, de acordo com a especialista, problemas sérios na relação com os carreiros, com a polícia, que nunca foram resolvidos. "Isso é um caldo de cultura fantástico para as rebeliões e facilita o trabalho de se criar um comando e de ele se fortalecer", argumenta.

Apologia à "tolerância zero"

As cenas de uma São Paulo parada pelo congestionamento, em pleno meio da tarde de um dia útil, em decorrência do retorno apressado da população para casa e das dezenas de ônibus queimados em ações supostamente planejadas dentro dos presídios, formam as condições propícias para a apologia à "tolerância zero". "Toda vez que acontece uma crise de segurança dessas, em geral, as pessoas tendem a fortalecer exatamente o que nós podemos dizer que é a fonte muitas vezes do problema: leis mais duras, mais severas. No Brasil, a reação na área da segurança é extremamente conservadora, as pessoas optam por soluções que aparentemente trazem tranquilidade, mas que na verdade só aprofundam o problema", avalia Salla.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, o País vive "as consequências de um longo período sem política de segurança pública". Segundo ele, o tema começa agora a entrar na agenda de debate público, mas como resultado da crescente preocupação das pessoas com sua proteção individual do que como conscientização de que se trata de

Sistema de segurança perpetua violência

um processo social e histórico a ser entendido e enfrentado pela sociedade. "O cidadão, quando passa a ser demandante de segurança por ter sido vítima de algum incidente, quer a vingança oficial. Ele quer repressão, não quer saber por que o problema chegou a esse ponto", analisa.

Conivência

Se de um lado a desigualdade social brasileira pode ser elencada como origem do crime de cada dia, o conflito entre ricos e pobres não explica todos os tipos de criminalidade praticados no País. "As pessoas ficam achando que crime organizado é tráfico de drogas em favela. Sim, isso é uma parte do crime organizado. Agora, o verdadeiro crime organizado envolve uma trama muito mais sutil de relações dentro das agências do Estado", adverte Salla. O pesquisador argumenta que os crimes de colarinho branco, muito mais enraizados nas esferas do poder, contam com o apoio de pessoas que agem na legalidade. "Não existe crime organizado que não tenha conexão, que não tenha a conivência e o envolvimento de agentes públicos, sejam policiais, agentes fiscais de renda, empresários, legisladores, juízes", acredita.

Alba Zaluar contesta o discurso que justifica a entrada de jovens em facções criminosas como uma forma de fugir da pobreza e fazer frente à injustiça social. Para ela, os "comandos" que agregam bandidos são empreendimentos com a lógica do "capitalismo selvagem", nos quais o lucro e a vida confortável também se limita a alguns. "Para aquele que é considerado um bandido menor, existe esse dilema real: se não entra para o comando, ele é considerado um caído, uma pessoa sem nenhuma proteção; se entra para o comando, aí tem de obedecer as ordens, fazer o que é exigido dele, dar dinheiro para a organização".

O mesmo argumento é utilizado por Luiz Fernando Corrêa, para quem os integrantes de organizações como do Primeiro Comando da Capital (PCC) são arregimentados, muitas vezes, por coação. "Eles mapeam a vida do detento, o endereço da família e passam a ameaçá-lo", conta.

Descrédito

Entre os dois pólos está a população que, não raro, teme a própria polícia. "Há um enorme descredito nos órgãos policiais quanto à capacidade de apuração, restituição de bens, eficácia na solução do crime", observa Salla. Os resultados são dados mais fictícios do que reais sobre a violência, já que a falta de credibilidade da polícia desencoraja as vítimas a registrar ocorrências. O titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Luiz Corrêa, apostou na construção de uma agenda de debate sobre violência, "para além das passeatas com faixas e camisetas pedindo segurança", como forma de barrar os abusos das próprias corporações – o que Salla chama de "perfil incontrolável da polícia", referindo-se a truculência das abordagens, maus tratos e torturas. "Quanto maior mobilização social, mais velocidade em qualquer política pública", alega Corrêa.

Outra aposta da Senasp é a criação de um método nacional de combate ao crime. Parcerias com 21 universidades vão viabilizar a realização de pesquisas aplicadas que devem envolver cerca de 1,6 mil agentes. O primeiro passo, de acordo com Corrêa, já foi dado: desde 2003, 50 tipos de delitos são mapeados nas capitais e em cidades com mais de cem mil habitantes. "Até hoje, os nossos ditos especialistas trabalhavam com informações estrangeiras, porque não tínhamos dados. Queremos formar especialistas, que trabalhem na área de inteligência e prevejam as crises. Não

adianta invadir presídio depois da rebelião armada", defende. Mesmo assim resta a questão da superlotação das penitenciárias. Por mês, faltam 5,5 mil vagas nas cadeias de todo o País. "Seria necessário construir sete presídios para 500 presos por mês. Isso apenas para manter o caos, não para resolver o problema", reconhece Corrêa.

Caminho longo, mas necessário para um País que talvez tenha, na visão de Salla, sua sociabilidade marcada por comportamentos agressivos em todas as esferas de relações. "Ou se muda a maneira de operar em combate à criminalidade, ou essa mancha de violência vai continuar se alastrando", antevê Alba Zaluar, que reconhece, em décadas de estudo sobre o assunto, nunca ter estado tão pessimista.

População encarcerada por 100 mil habitantes [Brasil, 1988-2005]

	Presos	Taxa 100 mil
1988	88.041	65,2
1993	126.152	83,2
1995	148.760	95,4
1997	170.207	108,6
2000	211.953	134,9
2002	248.685	146,5
2003	308.304	181,5
2004	336.358	185,2
2005	361.402	196,2

Fonte: Ministério da Justiça cedido pelo NEV/USP

CARDÁPIO DE AÇÕES [última parte]

6. Gratificações de função

- Corte no pagamento das FC (portaria 474 do MEC)

Em 2000 o Governo Federal ordenou que fossem refeitos os cálculos das Funções Comissionadas (FCs) dos docentes e servidores de universidades, impondo-lhes, com isso, uma redução de quase 70% dos vencimentos em alguns casos. (Adufrgs já possui ação)

- Pagamento de atrasados de opção de CD (55%)

A hipótese abrange um rol limitado de professores que exerceram cargos de Direção nos anos de 1998/9. A Ufrgs reconheceu que o pagamento de atrasados de CD para alguns professores foi feito errado, mas pagou apenas uma parte. (ver "Correção monetária de parcela paga com atraso" e "cobrança de atrasados")

- Atualização dos valores de gratificações de função incorporada

transformada em VPNI

Em 1997 o governo editou MP (já transformada em lei) transformando as gratificações de função em vantagem pessoal. Porém, estabeleceu que o reajuste destas VP seria apenas pelos reajustes gerais. Em 1998, passou a conceder aumentos nas tabelas das funções gratificadas, sem pagá-los aos que já as possuíam incorporadas como décimos ou VPNI. (Adufrgs já possui ação).

- Devolução dos descontos do PSSS sobre funções comissionadas

Desde que deixou de ser possível a incorporação de gratificações de função, não faz mais sentido que os servidores paguem PSSS sobre elas, pois não serão convertidas em benefício na aposentadoria. Com base nesta tese, pleiteia-se a devolução, pela União, destes valores tributados indevidamente.

- Ação indenizatória pelo exercício de chefia sem pagamento da gratificação
É muito comum que os docentes sejam eleitos para desempenho de atividades de chefia sem perceber o pagamento da gratificação correspondente. Esta ação busca uma indenização aos servidores nesta situação. A Adufrgs já ajuizou esta ação em nome de seus associados.

- Pagamento de atrasados de gratificação reconhecida na via administrativa

Quando ocorrem alterações na composição de gratificações de função incorporadas, (comum no caso de pensionistas) a administração nem sempre paga os efeitos retroativos.

7. Diversos

- Proibição de posse após aprovação em concurso público

Por vezes a posse do servidor aprovado em concurso é negada, por diversos argumentos, como por exemplo, a inaptidão física ou a simples opção da Administração em contratar um substituto ao invés de preencher a vaga. Algumas situações permitem que se discuta em juízo o direito à posse.

- Empecilho de transferência ou exoneração de servidor público

Muitas vezes a Administração impede ilegalmente a saída do servidor de determinada unidade para acompanhar o cônjuge. Outras vezes, o professor foi aprovado em novo concurso público no prazo de permanência exigido quando retorna de licença para mestrado ou doutorado e sua exoneração para poder assumir em outra unidade é proibida. Situações como estas que envolvem a liberdade de ir e vir do servidor e a proteção da família podem ser atacadas judicialmente.

- Correção monetária de contas de poupança

A exemplo do FGTS, as contas de poupança junto a bancos privados e públicos não sofreram a correção que a lei garantiu. O titular da conta pode ajuizar ação contra o banco buscando este prejuízo.

- Descontos nos rendimentos

Por vezes o servidor é surpreendido com a comunicação que sofrerá descontos em seus rendimentos ao argumento de que determinada vantagem foi-lhe indevidamente paga. Porém, na maior parte dos casos, o erro foi da administração e a boa-fé do servidor permite que se busque em juízo a proibição destes descontos.

Compreendendo o reajuste dos docentes de 3º grau [MP 295/06])

..... por Francis Campos Bordas
Assessor Jurídico da Adufrgs

PRINCIPAIS MUDANÇAS

- Alteração da tabela de vencimento básico
- Alterações no trato da GED - em 01/07/2006

ELEMENTOS PARA FIXAÇÃO DO VENCIMENTO BÁSICO DOS DOCENTES

CARGA HORÁRIA

- 20 horas - 40 horas - Dedicação Exclusiva (55%)

TITULAÇÃO

- Graduação - Aperfeiçoamento - Especialização
- Mestrado - Doutorado

O QUE MUDOU NA TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO?

- Foi alterado o percentual de titulação incidente sobre a tabela "mãe" - em 01/01/2006
- Foi criada a classe de associado, entre o titular e o adjunto - em 01/05/2006
- Foi aumentado o básico da classe titular para caber a classe recém-criada - em 01/05/2006

QUAL O AUMENTO REAL DIANTE DA ALTERAÇÃO DA TABELA DO VENCIMENTO BÁSICO?

DOIS TIPOS DE VANTAGENS:

1. Aquelas que decorrem do básico (GAE, insalubridade, adicional de tempo de serviço, etc): sofrem aumento
2. Aquelas que não decorrem do básico (GED, FG e CD, etc): não sofrem aumento em função da mudança da tabela

GANHO DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO BÁSICO

- O aumento é extensível aos aposentados e pensionistas
- O ganho não é igual para todos, variando conforme a titulação e a carga horária

A GED E A MEDIDA PROVISÓRIA

- Embora não guarde relação com o vencimento básico, a GED também é parcialmente corrigida pela Medida provisória
- O aumento do valor do ponto da GED não é igual para todos
- Os graduados (que em grande maioria não ganharam aumento no básico) terão reajuste maior na pontuação da GED
- O valor da GED dos doutores não sofrerá aumento
- Os aposentados que recebem 91 pontos (65% da GED Plena) passam a receber 115 pontos (82%).

EXEMPLO 1 PROFESSOR TITULAR COM DOUTORADO E 10% DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Titular (Dr)	Atual	Futuro
básico	R\$ 1.432,55	R\$ 1.789,85
adic tempo serviço (10%)	R\$ 143,25	R\$ 178,98
gae	R\$ 2.292,07	R\$ 2.863,76
ged (140 pts)	R\$ 2.770,60	R\$ 2.770,60
TOTAL	R\$ 6.638,47	R\$ 7.603,19
% aumento		14,53%

Observações: • Não haverá variação da GED

- Embora tenha havido aumento do básico de quase 25%, considerando a GED como parte integrante da remuneração, o aumento final é de 14,53%

EXEMPLO 2 PROFESSOR ADJUNTO 4 COM DOUTORADO E 10% DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Adjunto 4 (Dr)	Atual	Futuro
básico	R\$ 1.179,57	R\$ 1.376,17
adic tempo serviço (10%)	R\$ 117,96	R\$ 137,62
gae	R\$ 1.887,31	R\$ 2.201,86
ged (140 pts)	R\$ 2.345,00	R\$ 2.345,00
TOTAL	R\$ 5.529,84	R\$ 6.060,65
% aumento		9,60%

Observações: • Não haverá variação da GED

- Embora tenha havido aumento do básico de 16%, considerando a GED como parte integrante da remuneração, o aumento final é de 9,60%

EXEMPLO 3 PROFESSOR ADJUNTO 4 COM DOUTORADO E 0% DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Adjunto 4 (Dr)	Atual	Futuro
básico	R\$ 1.179,57	R\$ 1.376,17
adic tempo serviço (10%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
gae	R\$ 1.887,31	R\$ 2.201,86
ged (140 pts)	R\$ 2.345,00	R\$ 2.345,00
TOTAL	R\$ 5.411,88	R\$ 5.923,03
% aumento		9,44%

Observações: • Não haverá variação da GED

- Embora tenha havido aumento do básico de 16%, considerando a GED como parte integrante da remuneração, o aumento final é de 9,44%

AUMENTO PERCENTUAL DO VALOR DO PONTO DA GED

	grad	aperf	espec	mestr	doutor
Titular					
Adjunto	20,07%	11,96%	15,95%	4,97%	0%
Assistente					
Auxiliar					14,06%

EXEMPLO 4

PROFESSOR ASSISTENTE 4 COM MESTRADO E 10% DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Assistente 4 (Dr)	Antes	Agora
básico	R\$ 793,24	R\$ 872,56
adic tempo serviço (10%)	R\$ 79,32	R\$ 87,26
gae	R\$ 1.269,18	R\$ 1.396,10
ged (140 pts)	R\$ 1.492,40	R\$ 1.566,60
TOTAL	R\$ 3.634,14	R\$ 3.922,52
% aumento		7,94%

Observações: • O aumento da GED é de aproximadamente 5%

- O aumento do básico é de 10%
- Aumento médio da remuneração: 7,94%

EXEMPLO 5

PROFESSOR TITULAR APOSENTADO COM DOUTORADO E 20% DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Titular (Dr)	Atual	Futuro
básico	R\$ 1.432,55	R\$ 1.789,85
adic tempo serviço (10%)	R\$ 286,50	R\$ 357,96
gae	R\$ 2.292,07	R\$ 2.863,76
ged (91 p/ 115 pts)	R\$ 1.800,89	R\$ 2.271,89
TOTAL	R\$ 5.812,41	R\$ 7.289,46
% aumento		25,41%

Observações: • Haverá variação da GED em 01/07/2006

- Embora tenha havido aumento do básico de quase 25%, o aumento da GED faz com que o aumento final seja de 25,41%

EXEMPLO 6

PROFESSOR ASSISTENTE 4 APOSENTADO COM MESTRADO E 20% DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Assistente 4 (Dr)	Antes	Agora
básico	R\$ 793,24	R\$ 872,56
adic tempo serviço (10%)	R\$ 158,64	R\$ 174,52
gae	R\$ 1.269,18	R\$ 1.396,10
ged (91 p/ 115 pts)	R\$ 969,89	R\$ 1.283,79
TOTAL	R\$ 3.190,95	R\$ 3.728,97
% aumento		18,55%

Observações: • O aumento da GED é de aproximadamente 33%

- O aumento do básico é de 10%
- Aumento médio da remuneração: 18,55%

Sindicatos têm sua legitimidade ampla reconhecida pelo STF

por Francis Campos Bordas
Assessor Jurídico da Adufrogs

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no último dia 12 de junho, tomou uma importante decisão que vinha sendo aguardada há muitos anos (desde 1997) e que, após vários pedidos de vista de sucessivos ministros, foi finalmente anunciada: os sindicatos possuem legitimidade ampla para representar em juízo a categoria.

Embora ao leigo possa parecer estranho que se pudesse questionar o papel do sindicato em juízo, a verdade é que muitos obstáculos já vinham sendo levantados, tanto por órgãos da advocacia pública, sindicatos patronais e por vezes até mesmo o Ministério Público e o Judiciário. Estes empecilhos envolviam alegações do tipo: sindicato representa apenas os sócios; sindicato não pode executar as decisões judiciais que lhes forem favoráveis em nome dos trabalhadores; o sindicato pode defender apenas o que for de interesse de toda categoria e não apenas parte dela; o sindicato deve juntar listagem com endereço, CPF, etc de todos os sócios, assim por diante.

Por seis votos a cinco, a questão foi definida em favor da amplitude da substituição processual pelos sindicatos, sem quaisquer restrições a espécies de direitos trabalhistas ou a fases processuais. Votaram em prol da substituição processual sindical ampla os ministros Carlos Velloso (relator, ora aposentado), Joaquim Barbosa, Carlos Britto, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio e Celso de Mello. Ficaram vencidos os ministros Nelson Jobim, Cezar Peluso, Eros Grau, Gilmar Mendes e Ellen Gracie, que desejavam restringir a substituição processual dos sindicatos apenas a direitos individuais homogêneos e a fase de conhecimento das ações.

De acordo com a divergência, na fase de execução (que é a fase onde o direito reconhecido na sentença é posto em prática) o sindicato deixaria de ter legitimidade, cabendo a cada trabalhador, individualmente, fazer valer o que foi decidido. Isto, em última análise, implica numa espécie de desconfiança do papel do sindicato, como se este não fosse reconhecido pela categoria como apto a defender integralmente o direito do trabalhador. Seria como se o trabalhador, na assembleia que autoriza o ingresso de determinada ação, criasse uma condição: - autorizo que o sindicato me represente somente até a sentença. Ou seja, esta posição, a nosso ver, significaria uma restrição do direito do trabalhador de ser representado por quem de direito.

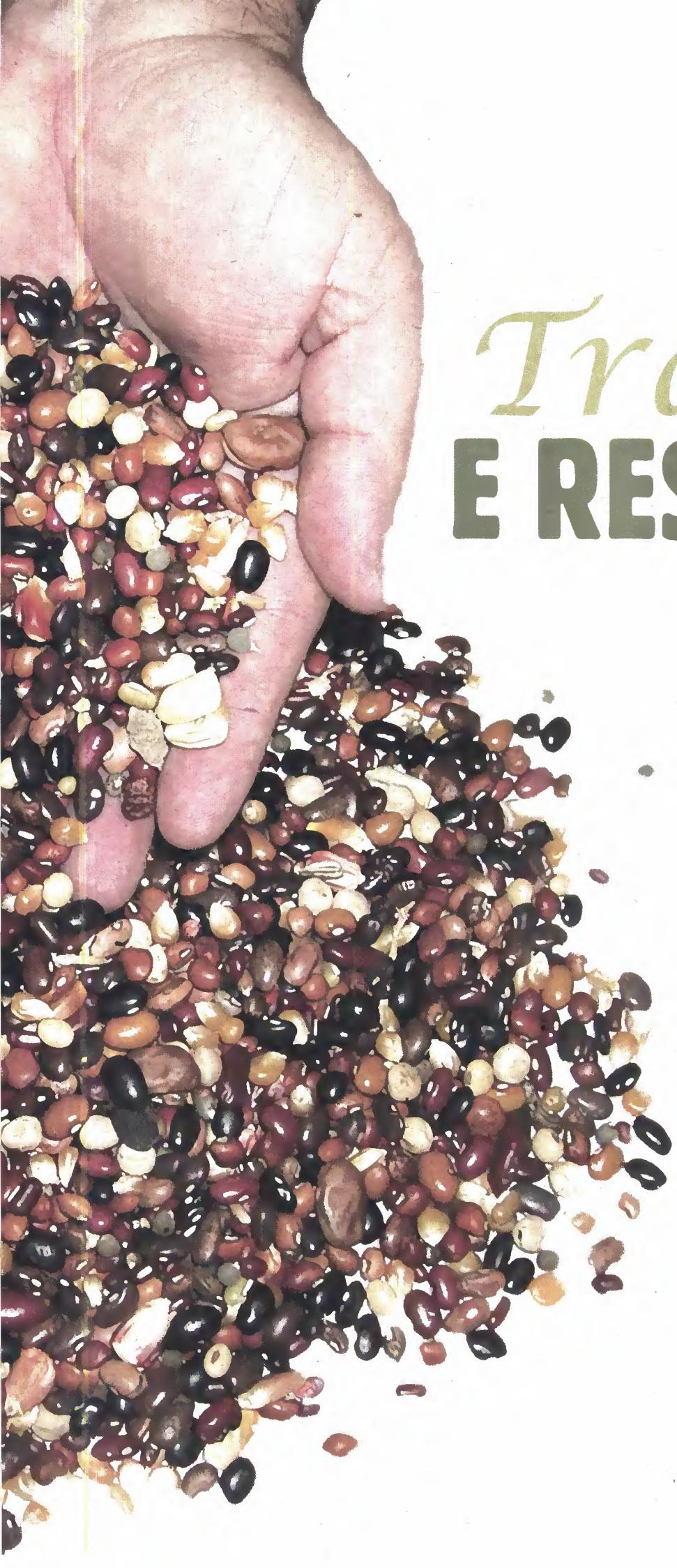
Prevaleceu, felizmente, a posição da ampla legitimidade do sindicato. Redigirão o acordão o ministro Joaquim Barbosa. Esta decisão favorece sindicatos dos setores público e privado, sendo relevante ressaltar que estes últimos necessitam deste respaldo ainda mais, na medida em que seus representados não possuem qualquer garantia de emprego. Desta forma, ainda que o sindicato fosse vitorioso em um processo, este não seria executado pelo trabalhador temeroso de perder o emprego, o que eternizaria aquilo que o ministro Sepúlveda Pertence, muito bem colocou em seu voto, referindo-se à importância da decisão do plenário como sendo uma "reação à sina histórica da Justiça do Trabalho de ser a justiça dos desempregados".

No caso concreto dos docentes da Ufrgs, esta decisão assume peculiar importância, na medida em que, por exemplo, a cobrança judicial dos atrasados de 3,17% encontra-se suspensa justamente porque o Judiciário federal no RS negou à Adufrogs a legitimidade para executar a decisão. Atualmente, o processo encontra-se no STJ para julgamento de recurso da associação.

O placar apertado da vitória dos trabalhadores no STF é sinal da importância do assunto para o fortalecimento da atividade sindical. Os sindicatos e trabalhadores agradecem; sobretudo a seus defensores no STF.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFROGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64		
BALANÇETES – VALORES MENSAIS - 2006		
RUBRÍCAS / MESES	ABR	
ATIVO	3.138.826,10	
FINANCEIRO	2.869.666,59	
DISPONÍVEL	754.455,15	
CAIXA	1.744,17	
BANCOS	17,26	
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	752.693,72	
REALIZÁVEL	2.115.211,44	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	2.057.760,21	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.057.760,21	
ADIANTEAMENTOS	4.607,24	
ADIANTEAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	4.607,24	
ADIANTEAMENTOS DIVERSOS	0,00	
OUTROS CRÉDITOS	52.500,01	
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	52.500,01	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES	343,98	
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	343,98	
ATIVO PERMANENTE	269.159,51	
IMOBILIZADO	251.532,41	
BENS MÓVEIS	142.231,59	
BENS IMÓVEIS	248.811,89	
(-)DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(139.511,07)	
DIFERIDO	17.627,10	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48	
BENEFÍCIOS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74	
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(10.870,12)	
PASSIVO	2.988.268,89	
PASSIVO FINANCEIRO	20.188,01	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	12.325,73	
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.546,63	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	150,70	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00	
CREDORES DIVERSOS	5.628,40	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	15.862,28	
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	15.862,28	
SALDO PATRIMONIAL	2.960.080,88	
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.524.901,35	
SUPERAVIT ACUMULADO	435.179,53	
ADUFROGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		
FOLHA 2		
RUBRÍCAS / MESES	ABR	ACUMULADO
RECEITAS	147.869,36	623.573,45
RECEITAS CORRENTES	116.888,90	467.109,37
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	116.888,90	467.109,37
RECEITAS PATRIMONIAIS	28.480,46	147.279,37
RECEITAS FINANCEIRAS	27.931,12	145.496,73
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	549,34	1.782,64
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICais	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	2.500,00	9.184,71
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	2.500,00	9.184,71
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00
DESPESAS	132.474,81	473.016,24
DESPESAS CORRENTES	132.474,81	473.016,24
DESPESAS COM CUSTEIO	32.616,48	123.750,81
DESPESAS COM PESSOAL	19.542,76	64.295,88
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.637,57	18.405,43
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.013,96	5.609,81
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	717,00	2.862,65
SERVIÇOS DE TERCEROS	2.315,00	9.260,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.099,93	10.186,91
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2.070,90	8.280,27
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.182,56	4.645,86
ENCARGOS FINANCEIROS	36,50	204,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	56.307,27	208.523,29
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	2.885,36	11.918,97
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	8.415,00	25.469,28
DESPESAS COM VIAGENS	13.564,15	48.630,87
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	2.210,00	7.544,50
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	2.027,00	3.877,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	16.516,98	88.218,45
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	548,78	9.344,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICais	10.140,00	13.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.551,06	140.742,14
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	24.993,14	74.913,81
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72	27.549,51
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.323,20	38.278,82
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	15.394,55	150.557,21
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	150.557,21	150.557,21
EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA Presidente		
NINO H. FERREIRA DA SILVA Contador - CRC-RS 14.418		



Tradição E RESISTÊNCIA

Preservação da cultura de sementes por métodos tradicionais garante manutenção da biodiversidade e autonomia de pequenos produtores diante da agroindústria. Segundo pesquisadores da Ufrgs, desafio é aliar os saberes “acadêmico e popular” para manter vivas a tradição e a qualidade do cultivo.

por João Rosito
fotos Clarissa Pont

Os bancos de sementes buscam criar uma rede de intercâmbio entre os produtores, disseminando para outras regiões variedades até então restritas a uma localidade.

Na contramão da adesão às sementes industrializadas, entidades e pequenos produtores esforçam-se para manter vivos métodos tradicionais de cultivo e para preservar tipos de sementes não manejadas em laboratório. Com procedimentos que passam de geração a geração, agricultores conseguem proteger da extinção espécies raras, garantir a biodiversidade e resistir à massificação imposta pelas grandes companhias internacionais, que além de cobrarem pela aquisição das sementes, muitas vezes recolhem *royalties* pelo uso delas. "É um monopólio absurdo. Cerca de seis empresas controlam a produção de sementes no mundo", afirma a professora do Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da Ufrgs, Lúcia Brandão Franke.

Lúcia e a professora Ingrid de Barros orientaram a dissertação de mestrado "O estado da arte das sementes crioulas no Rio Grande do Sul com ênfase em sementes crioulas de melão", de autoria da bióloga Andréa Becker Delwing, defendida em abril. O estudo descreve os procedimentos de produção em 13 propriedades de oito municípios do Estado e compara a qualidade de sementes crioulas de melão com sementes industrializadas. Os resultados dos testes indicaram que as variações tradicionais não perdem em qualidade para as industriais.

Além de autonomia produtiva, os agricultores adeptos dos métodos tradicionais contribuem, muitas vezes sem saber, para a preservação da biodiversidade. "Quando falamos em diversidade pensamos na Amazônia e deixamos de olhar para o próprio Estado", critica Andréa. O estudo também constatou que as sementes crioulas são utilizadas, na maioria das vezes, para alimentação da família do agricul-

tor e que ficam restritas às propriedades em que são produzidas

Outra conclusão da dissertação é que tais técnicas podem estar ameaçadas de extinção. Pouco interesse das novas gerações de agricultores, seduzidos pelos métodos da agroindústria, ausência de um mercado local e falta de incentivo governamental a esse tipo de cultivo – que se manifesta, segundo as professoras, no escasso financiamento de pesquisas na área – são elementos que põem em risco a continuidade da produção das sementes crioulas.

Para a co-orientadora da pesquisa, Ingrid de Barros, o trabalho "mostra a necessidade do diálogo entre os saberes científico e acadêmico. "Eles (os agricultores) são confiantes em suas técnicas, mas querem o aval da academia", enfatiza. "As comunidades têm muito conhecimento. Indicaram-me, inclusive, bibliografia sobre o assunto", exemplifica Andréa, que além de visitar as propriedades e conviver com os agricultores, participou de eventos de comunidades em que as sementes crioulas são produzidas. "Estamos tentando criar um campo de estudo para termos uma idéia real da riqueza desse tipo de produção", analisa Ingrid.

Banco de Sementes

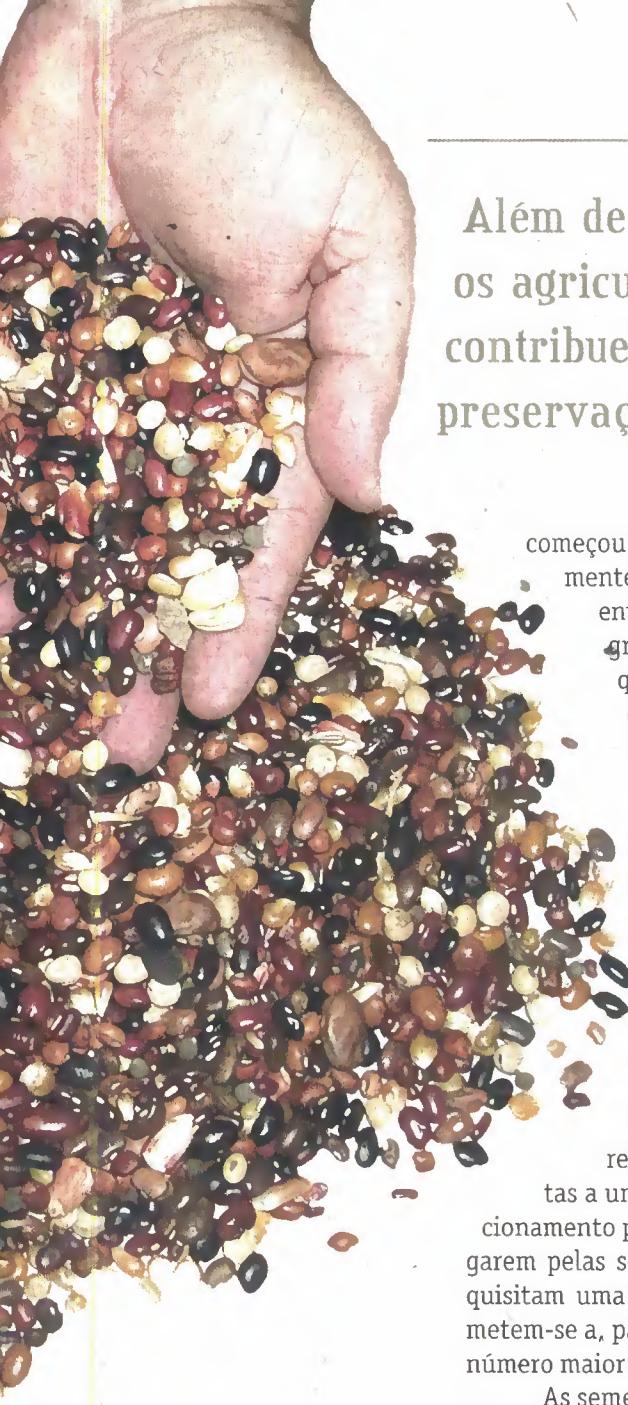
O assunto que agora começa a chamar a atenção da universidade é contemplado desde o início dos anos 80 por iniciativas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul, época em que, junto a entidades de agricultores, a instituição



Andréa Delwing



Além de autonomia produtiva, os agricultores adeptos dos métodos tradicionais contribuem, muitas vezes sem saber, para a preservação da biodiversidade.

começou a apoiar ações de resgate de sementes crioulas. Um armário na sede da entidade, na zona norte de Porto Alegre, guarda pelo menos 334 tipos, que compõem um dos cinco bancos de sementes organizados pela CPT no Estado. A idéia é criar pólos que concentrem os grãos, a fim de preservá-los, e que sejam pontos de distribuição, ao qual os agricultores possam recorrer quando se interessarem por variedades de que não dispõem.

Assim, os bancos de sementes buscam criar uma rede de intercâmbio entre os produtores, disseminando para outras regiões variedades até então restritas a uma localidade. A dinâmica de funcionamento propõe outra lógica: em vez de pagarem pelas sementes, os agricultores que requisitam uma determinada variedade comprometem-se a, passada a colheita, devolverem um número maior do que aquele retirado do acervo.

As sementes disponíveis no banco da Capital estão catalogadas no livro "Conhecendo e resgatando sementes crioulas", editado pela CPT em fevereiro deste ano. A publicação traz textos sobre a importância de preservar as variedades crioulas, instruções sobre como cultivá-las e imagens das 334 espécies, identificadas pelo nome popular.

Alheios aos estudos realizados nos bancos acadêmicos, a CPT alinha-se às pesquisadoras da Ufrgs nos argumentos utilizados para justificar o resgate das sementes crioulas: manter a diversidade ambiental e construir a "soberania alimentar", a partir das formas de cultivo que sejam alternativas àquelas que dependem das sementes manipuladas e patenteadas por indústrias.

A valorização desse tipo de cultivo passa por várias etapas, algumas subjetivas, como a recuperação da auto-estima dos produtores, geralmente considerados atrasados por não utilizarem tecnologias avançadas em suas propriedades. Na outra ponta, há a necessidade de criar ambientes de interação entre os agricultores que compartilham esses métodos de plantio, que propiciem troca de experiências e mesmo de sementes - situação diagnosticada na dissertação de Andréa, na constatação da falta de um mercado para essa produção.

Capacitação

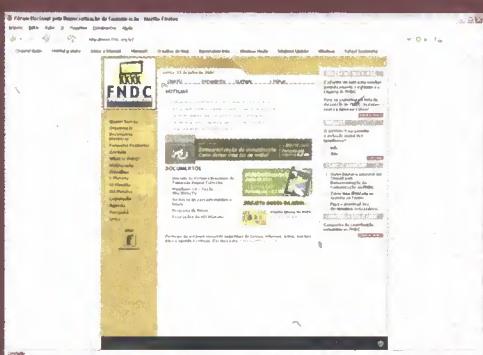
Preservar as sementes crioulas também significa assegurar a qualidade nutricional, defende o diretor do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa (Ipep), João Rockett. Segundo ele, a industrialização das sementes gera uma considerável redução das variedades dos alimentos. "A matriz produtiva vigente é comprometida com o mercado", argumenta, ressaltando que a lógica da acumulação de lucros acarreta a seleção de poucas espécies de sementes para a venda.

Para alavancar o cultivo de sementes crioulas, o Ipep oferece cursos de capacitação a agricultores, através de uma parceria com a Fundação Avina, ONG suíça que financia projetos sociais. Os treinamentos são gratuitos e atualmente atendem cerca de 20 produtores. Para 2007, o Ipep pretende criar uma marca para viabilizar a distribuição das sementes crioulas para além das propriedades onde são produzidas.

A agricultora Merecilda Matos de Oliveira, da comunidade de remanescentes de quilombos de Palmares do Sul, segura feijão-branquinho.

HIPERLINK

COMUNICAÇÃO
www.fndc.org.br



Site do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, entidade que surgiu em 1991 como movimento social. Notícias e uma agenda completa das atividades do FNDC podem ser acessadas na página eletrônica, que traz ainda instruções de como se associar ao Fórum e enquetes sobre temas em debate. A seção e-Fórum aceita sugestões de pauta, informes, notas, eventos para a agenda e críticas através de imprensa@fndc.org.br.

POLÍTICA
www.viapolitica.com.br



O site pretende oferecer "livre informação e cultura", como anuncia seu *slogan*. Apresenta cobertura sobre política nacional e internacional, economia, meio ambiente e cultura. Nos espaços dedicados às artes, o leitor pode encontrar tanto perfis de escritores, como trechos de livros inéditos. A página eletrônica também remete o internauta a blogs de colaboradores e oferece artigos sobre cinema, teatro e música.

MERCADO DE TRABALHO

Trabalhadores BEM INFORMADOS



Site feito pelo Dieese em parceria com seis centrais sindicais conta com a colaboração de jornalistas e pesquisadores

As comemorações dos 50 anos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) contaram com o lançamento de um site especial sobre mercado de trabalho para subsidiar o movimento sindical. É o www.meusalario.org.br que coloca o Brasil em um projeto internacional, o *Wage Indicator*. Esse projeto foi criado em 2000, na Holanda, e está presente hoje em 17 países, trazendo uma pesquisa salarial online, além de todas as informações que envolvem o mercado de trabalho. Atualmente o *Wage Indicator* possui sítios em funcionamento em dez países da Europa. Em 2005, África do Sul, Brasil, Coréia do Sul, Estados Unidos, Hungria e Índia também passaram a integrá-lo.

O *Wage Indicator*, como se refere o site é "a imagem de uma união mundial de pesquisadores, sindicalistas e jornalistas, especializada em relações de trabalho". Além de ser uma ferramenta de pesquisa, o *Wage Indicator* pode se tornar um instrumento para países que não possuem estatísticas sobre o mercado de trabalho. No

Brasil o site é feito pelo Dieese em parceria com seis centrais sindicais e conta com a colaboração de jornalistas e pesquisadores.

Ao acessar, os trabalhadores terão à sua disposição diversos links interessantes. Um deles é o "Sobre seu salário", que contém informações sobre Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e abono salarial. Outro é o "Trabalho e Renda", que traz orientações sobre negociação salarial. Além destes, o site disponibiliza outros links como "Trabalho e Jornada", um guia com dicas e orientações sobre prevenção e tratamento do stress e direitos do trabalhador com contrato de trabalho temporário. Além destes também é oferecido o link "Desemprego" com informações sobre vagas no mercado de trabalho e seguro desemprego. No "Ligações Sindicais", o trabalhador tem acesso a um cadastro completo de centrais sindicais nacionais, sindicatos, associações, federações e confederações das categorias de trabalhadores. E ainda é possível, através deste site, comparar os salários de outros países.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Síndrome da Rainha Vermelha Policiamento e segurança pública no século XXI

Marcos Rolim, jornalista, especialista em segurança pública e direitos humanos, oferece uma visão reveladora e desconcertante de um dos assuntos mais prementes da atualidade: a segurança pública. Utilizando dados da moderna criminologia, analisando exemplos e fazendo uma análise comparativa de diversas práticas policiais internacionais, o autor mostra como as polícias podem ser repensadas e quais os parâmetros mais promissores para uma reforma eficaz. Com prefácio de Luiz Eduardo Soares e linguagem clara e acessível, o livro – cujo título é uma metáfora à personagem Rainha Vermelha, da galeria fantástica de Lewis Carroll – é indicado não só a especialistas, mas a todos os interessados no tema. Resultado de extensa e meticulosa pesquisa realizada na Universidade de

Oxford, Inglaterra, apresenta as evidências científicas mais recentes a respeito do crime e da violência e desvenda a relação entre o crime e a juventude e a forma como a mídia trata esses fenômenos. “Impossível largar o livro, depois que as primeiras páginas fisgam a nossa atenção”, relata Luiz Eduardo Soares no prefácio.

Marcos Rolim, que exerceu dois mandatos como deputado estadual e federal pelo PT, concebeu e editou o “Relatório Azul”, o mais amplo documento sobre direitos humanos publicado no Brasil. Foi autor da primeira legislação nacional de proteção às testemunhas e às vítimas da violência. Sua militância lhe assegurou inúmeras distinções, entre elas o primeiro Prêmio Unesco em Direitos Humanos no Brasil (1999).

ANTROPOLOGIA

Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional

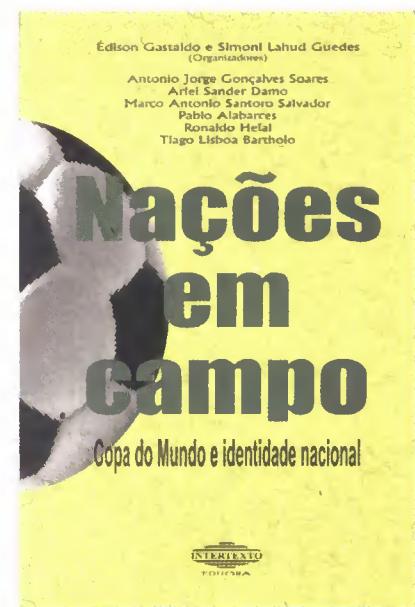
Considerando, sem dúvida, a Copa do Mundo como fenômeno econômico-midiático, com raros paralelos no mundo moderno, os textos apresentados neste livro buscam ir mais adiante e considerar, simultaneamente, as dimensões culturais que criaram as condições fundamentais para que as representações coletivas sobre um evento esportivo extrapolem, tão freqüentemente, os campos nos quais se joga.

Na primeira parte do livro, Arlei Sander Damo e Simoni Lahud Guedes buscam demonstrar, por caminhos diferentes, a rentabilidade simbólica (e, por esta via, econômica) do princípio de organização nacional, enquanto os textos de Édison Gastaldo exploram diferentes formas de definição da situação e a construção da nação brasileira através da imprensa. Antonio Jorge Soares,

Marco Antonio Santoro Salvador e Tiago Lisboa Bartholo, a partir de um material precioso sobre a preparação dos jogadores brasileiros para a Copa de 1970, elaboram uma série de reflexões sobre a construção da memória.

Na segunda parte, que também traz textos assinados por Ronaldo Helal e Simoni Lahud Guedes, Pablo Alabarces examina a relação entre política e desempenho do selecionado nacional.

As análises publicadas neste livro, embora aderidas às temáticas específicas e abordagens teóricas privilegiadas por seus autores, compartilham da idéia de que não apenas podemos aprender muito sobre os processos sociais analisando o futebol, como também da certeza de que é necessário fazer este investimento para compreender as sociedades em suas múltiplas dimensões.



Édison Gastaldo e Simoni Lahud Guedes (organizadores)

Editora Intertexto
221 páginas
R\$ 25



O primeiro impacto é visual. Fotos de folhas nos mais variados tons, que vão do grafite ao verde, passando pelo cinza-claro, amarelo, laranja, marrom e vermelho, estampam portas e paredes externas do Museu da Ufrgs. A imagem de uma floresta que se move surpreende logo na entrada, quando o sentido auditivo é acionado por sons da natureza. Mais alguns passos e estamos diante de caixas de madeira que exalam cheiros, de terra, de mato, de flores e frutas.



A exposição HOMEMNATUREZA fica em cartaz no Museu da Ufrgs até 30 de dezembro e pode ser visitada de segunda à sexta, das 9h às 18h e sábados, das 10h às 17h. A entrada é franca, inclusive para as atividades paralelas.

Em cartaz desde o dia 9 de maio, a exposição "Homem-Natureza - Cultura, Biodiversidade e Sustentabilidade", resultado de uma parceria com a Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), vem cumprindo o objetivo de despertar os sentidos humanos e remeter a uma reflexão sobre a relação do homem com a natureza. Nos primeiros dois meses, cerca de 6.800 pessoas passaram pelo Museu da Ufrgs ou participaram de palestras, mostras de cinema e oficinas relacionadas ao tema.

Por sua característica interdisciplinar, uma vez que o tema é abordado pelas mais diversas áreas do saber, a exposição pode ser definida como um mosaico-itinerário, que tem como fio condutor o acervo do Herbario do Instituto de Biociências da Ufrgs, ao qual o público não tinha acesso.

Segundo a diretora do Museu, Cláudia Boettcher, a intenção é mostrar a importância das plantas coletadas ao longo de anos de estudo, algumas ameaçadas de extinção, e alertar para a destruição do meio ambiente, ao mesmo tempo em que se ressalta o trabalho da Ufrgs no sentido de reverter esses processos.

MÓDULOS

A exposição está dividida em cinco módulos. O primeiro homenageia os naturalistas, aqueles que de alguma maneira contribuíram para desbravar o Rio Grande do Sul, avaliando o impacto da ocupação humana sobre diferentes áreas. Entre eles estão Auguste de Saint Hilaire, Frederico Sellow, Hermann Von Ihering, Wilhelm Schwacke, Padre Balduíno Rambo, Major Karl Enrich e professor João Dutra, que vieram ao estado nos séculos 19 e 20.

O segundo módulo apresenta os herbarios como depositários de toda a nossa biodiversidade, enfocando aspectos como o estudo e a pesquisa nesta área da biologia, enquanto o terceiro retrata o gabinete do professor e pesquisador Alarich Rudolf Schultz, fundador do Departamento de Botânica da Ufrgs. Objetos utilizados por ele, como mobiliário; avental, cadernos de anotações; desenhos e laminários de madeira, estão expostos no Museu.

Fotos Clarissa Pont

O quarto trata da conservação e do uso das plantas, incluindo a sua importância econômica e alimentícia, da biopirataria e patentes, farmacologia, extrativismo de espécies economicamente importantes, toxicologia e alimentação alternativa. Imagens antigas e recentes de satélite (sensoriamento remoto), onde é possível conhecer a situação em que se encontra o planeta terra nos últimos 40 anos sob os efeitos da poluição, fazem parte do quinto e último módulo.

PERMEANDO TODOS OS CAMPOS

A aplicação do tema em diversas áreas pode começar pela música. Os sons da natureza que se ouve ao entrar no Museu fazem parte de uma peça composta especialmente para a exposição pelo músico e professor do Instituto de Artes, Eloy Fritsch. Batizada de "Electronic Landscapes", a composição é um desafio aos sentidos, onde o autor explora os limites da percepção humana em longas passagens contendo mitemismos de sons ambientais e da natureza, criados através da transformação de sons pré-gravados e sintetizados.

A 7ª arte foi contemplada pela exibição de uma série de filmes no mês de maio, cujos roteiros tinham relação direta ou indireta com o meio ambiente. Às sessões se seguiram debates envolvendo diversas áreas como psicanálise, botânica, educação, artes visuais, ecologia, entre outras. A busca de reflexões sobre as relações entre o ser humano atual e a natureza está presente no projeto "Olhares Cruzados", que começou em junho e segue até outubro. Cogumelos, organização de um herbário e sementes crioulas foram temas abordados em três das 12 oficinas previstas até o final do ano. De junho a novembro, o Planetário da Ufrgs exibe o programa "Planeta Azul", que traça uma panorâmica da Terra, desde oascimento do planeta até o surgimento e evolução da vida.

JARDINS TEMÁTICOS

Em setembro, a primavera traz os jardins temáticos, que serão instalados em quatro campi da universidade. Projetados pelos artistas plásticos Mauro Fuke, Tânia Resmini e Rogério Pessoa, os espaços vão abordar temas como histórico dos jardins, espiritualidade, plantas medicinais e tóxicas, plantas fálicas e plantas pesquisadas pelo professor Schultz.

Em frente ao prédio da Faculdade de Educação (Faced), no Campus Central, o Jardim da Cura promete abstrair de toda a agitação em volta quem nele entrar. O Campus do Vale ganha o Jardim Histórico, que pretende abordar as diferentes tendências da evolução do desenho de jardins ao longo da História - Renascentista, Romântico, Inglês e Naturalista. No Campus da Saúde será montado o Jardim da Fertilidade e na Escola Superior de Educação Física (Esef) o Labirinto que, como o próprio nome diz, terá o formato de uma labirinto circular com uma árvore no meio e coberto por gramíneas nativas do Rio Grande do Sul.



Avaliação do MEC aponta baixa qualidade do ensino fundamental

Embora a avaliação, inédita no ensino fundamental brasileiro, tenha apontado uma ligeira melhora no nível dos estudantes de 4^a série em língua portuguesa e matemática, os números comprovam que o País está longe de atingir padrões de qualidade. A pontuação alcançada pelas escolas que participaram da avaliação, denominada "Prova Brasil", não foi considerada "adequada" em nenhum dos itens avaliados, conforme escalas já usadas pelo MEC.

O levantamento constatou, por exemplo, que, em média, os alunos de 4^a série se atrapalham ao interpretar textos longos ou com informação científica e não conseguem ler horas em relógios de ponteiros. Também não conseguem fazer operações de multiplicação com números de dois algarismos.

No caso da 8^a série, não entendem a intenção do autor em histórias em quadrinhos nem identificam a tese de textos argumentativos com linguagem informal. Também não conseguem resolver problemas matemáticos em que é preciso fazer cálculo de conversão de medidas, como de tempo, de comprimento ou de capacidade.

Cinquenta pontos separam o desempenho dos alunos de 4^a e 8^a série. É como se, hoje, os alunos de 8^a série tivessem conhecimentos dos de 4^a série, se comparados com índices internacionais. Os testes foram feitos com 3.306.317 estudantes de 4^a e 8^a séries de escolas públicas urbanas com mais de 30 alunos.

ERRATAS

- >> O crédito da foto que está no índice da edição 141 é de **Yvette Moura**.
- >> A imagem que ilustra o Hipermídia e o Editorial da edição 141, um retrato de Freud, é de autoria de **Salvador Dali**.

Primeira infância é essencial para o aprendizado



"Brincar com seu filho é tudo", diz Eric Knudsen, professor da Escola de Medicina da Universidade Stanford. A capacidade de uma criança de, um dia, aprender cálculo ou uma língua estrangeira, segundo o pesquisador, começa nos neurônios que são moldados por interações positivas com adultos carinhosos.

Um artigo, escrito por Knudsen e três outros membros do Conselho Científico Nacional para o desenvolvimento das Crianças – e que inclui o

economista ganhador do Prêmio Nobel James Heckman – pretende lançar uma base científica para a idéia de que ajudar todas as crianças a ter a melhor experiência possível no início da vida é uma boa política econômica. O argumento baseia-se em trabalhos de diversos campos da economia, da neurobiologia, da psicologia e da política pública. Embora o valor de experiências positivas no início da vida já tenha sido tema de muitas pesquisas, esta junta todos os fios numa mensagem integrada.

Movimento de mulheres contesta propaganda da Aracruz

Atual propaganda da Aracruz Celulose levou a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) a enviar cartas de protesto às celebridades que participam da campanha publicitária. Os integrantes do movimento MMM acreditam que a empresa esteja usando um mecanismo da comunicação institucional – o de associar nomes e indivíduos célebres à sua marca, em períodos de crise – para desfazer a conotação negativa ocasio-

nada pelas ações da empresa. No texto, a responsabilidade dos famosos que aceitaram associar sua celeuma à marca é questionada. Após os ataques das mulheres da MMM ao laboratório de Barba Negra, em 8 de março deste ano, o tema deixou de ser pauta apenas entre os integrantes de movimentos sociais (como ecologistas, membros do MST, etc.) e ganhou espaço na mídia, nas instituições de ensino e nos bancos da Justiça.

1998

a história de quem faz

Confecção de faixas que seriam usadas nas manifestações de protesto contra a privatização da universidade pública, durante greve nacional dos docentes. Na ocasião, auge da implantação de medidas neoliberais, foi instituída a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que vincula o salário à produtividade.

Fabricia Osanai
[Arquivo Adufgfs]



